



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO TOCANTINS  
CAMPUS PALMAS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**HELODIANY BARBOSA SOUSA DE ARAÚJO**

**A INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO  
MUNICÍPIO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES BA**

**PALMAS-TO**

**2018**



**HELODIANY BARBOSA SOUSA DE ARAÚJO**

**A INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO  
MUNICÍPIO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES BA**

Projeto apresentado à Banca Examinadora do CST em Gestão Pública como exigência para obtenção da qualificação para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

**Orientador:** Prof. Mestre Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior

**PALMAS-TO  
2018**

**HELODIANY BARBOSA SOUSA DE ARAÚJO**

**A INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO  
LUÍS EDUARDO MAGALHÃES BA**

Projeto apresentado à Banca Examinadora do CST em Gestão Pública como exigência para obtenção da qualificação para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

**Orientador:** Prof. Mestre Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/

**BANCA AVALIADORA**

---

Prof. Me. Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior -Orientador  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins

---

Prof. Me. Ana Carolina Nogueira Falcão- Componente da Banca  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins

---

Prof. Esp. Lorival Gonçalves da Glória- componente da Banca  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins

ARAÚJO, Helodiany Barbosa Sousa de.

A INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA DESENVOLVIMENTO DO  
MUNICÍPIO LUÍS EDUARDO MAGALHAES BA, Palmas - TO, 2018. 45f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de  
Tecnologia em Gestão Pública). Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia, Campus Palmas, 2018.

Orientador: Prof. Mestre Joseane R. de Menezes Granja Júnior

1. Desenvolvimento Regional. 2. Agronegócio. 3. Luís Eduardo  
Magalhaes

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador Professor Mestre Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior meu reconhecimento pela sua disposição, paciência, auxílio, pela sabia orientação, e confiança intuitiva para que conduzisse esse trabalho.

Aos meus professores que ao longo de todo o curso de Gestão Pública, contribuíram direto e indiretamente para o meu aprendizado.

Aos meus Pais pela disponibilidade e compreensão em todos os momentos. Aos meus irmãos pelo carinho e apoio de sempre que, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Aos meus amigos, colegas e incentivadores do Instituto Federal De Educação Ciência e Tecnologia Do Tocantins Campus Palmas, pelo incentivo constante a concluir esse curso. Agradeço a Deus, a minha Família aos meus colegas e amigos.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis”.

(José de Alencar)

## **RESUMO**

ARAUJO, Helodiany Barbosa Sousa de. **A INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES BA.**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado a Banca Examinadora como exigência final para conclusão do CST em Gestão Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins – Campus Palmas.

Luís Eduardo Magalhães é uma cidade em constante desenvolvimento, sua economia é baseada na agricultura e principalmente no agronegócio que impacta positivamente na vida da população. O desenvolvimento regional abrange táticas baseadas nas condições históricas, culturais, naturais e institucionais das regiões. Responsável por 60 por cento da produção de grãos do Estado é uma das cidades mais próspera da Bahia. O homem do campo tem utilizado a modernidade a seu favor, tratores computadorizados, máquinas de última geração compõem, hoje, o arsenal dos agricultores na hora de formarem suas lavouras. Contudo, não se resumem apenas ao plantio e colheita, os produtores rurais têm investido cada vez mais em equipamentos que garantem informações precisas sobre clima, mercado, qualidade do solo, quantidade de água e fertilizantes a serem utilizados, entre outros subsídios que ajudam os agricultores e agrônomos a tomarem a decisão certa e assim, diminuir custos e aumentar a produtividade nas fazendas. O uso dessas ferramentas aliado às boas práticas, como técnicas de conservação do solo e da água, resulta em benefícios não só para o produtor rural, mas principalmente para o meio ambiente. O presente trabalho teve como objetivo analisar o crescimento do município ao longo dos anos de 2006 a 2016, diante desta análise, o mesmo nos mostrou como a influência do agronegócio é promissora para o crescimento e desenvolvimento da cidade.

**Palavra – Chave:** Desenvolvimento Regional, Agronegócio, Luís Eduardo Magalhães.

## **ABSTRACT**

ARAUJO, Helodiany Barbosa Sousa de. THE INFLUENCE OF AGRIBUSINESS FOR THE DEVELOPMENT OF THE MUNICIPALITY LUÍS EDUARDO MAGALHÃES BA. Completion of the Course presented to the Examining Bank as a final requirement for conclusion of the CST in Public Management, Federal Institute of Education, Science and Technology of the State of Tocantins - Campus Palmas.

Luís Eduardo Magalhães is a city in constant development, its economy is based on agriculture and mainly on the agribusiness that positively impacts the life of the population. Regional development encompasses tactics based on the historical, cultural, natural and institutional conditions of the regions. Responsible for 60 percent of the state's grain production is one of the most prosperous cities in Bahia. The countryman has used modernity in his favor, computerized tractors, state-of-the-art machines now make up the arsenal of farmers when it comes to building their crops. However, it is not only a matter of planting and harvesting, farmers have increasingly invested in equipment that provides accurate information on climate, market, soil quality, quantity of water and fertilizers to be used, among other subsidies that help farmers and agronomists to make the right decision and thereby lower costs and increase productivity on farms. The use of these tools together with good practices, such as soil and water conservation techniques, results in benefits not only for the rural producer, but also for the environment. The present study had the objective of analyzing the growth of the municipality over the years from 2006 to 2016. In view of this analysis, it showed how the influence of agribusiness is promising for the growth and development of the city.

**Keywords:** Regional Development, Agribusiness, Luís Eduardo Magalhães.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                             |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 01</b> - Quadro conceitos de análise metodológica da FIRJAN Gestão Fiscal.....                    | 14 |
| <b>Figura 02</b> - Quadro conceitos de análise do desenvolvimento municipal da FIRJAN.....                  | 15 |
| <b>Figura 03</b> - Gráfico da Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal Geral 2006-2016.....               | 23 |
| <b>Figura 04</b> - Gráfico do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal Receita Própria 2006-2016.....                 | 24 |
| <b>Figura 05</b> - Gráfico da Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Liquidez 2006 – 2016.....         | 26 |
| <b>Figura 06</b> - Gráfico da Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Gastos com Pessoal 2006-2016..... | 27 |
| <b>Figura 07</b> - Gráfico da Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Investimento 2006 – 2016.....     | 29 |
| <b>Figura 08</b> - Gráfico da Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Custo da Dívida 2006 – 2016.....  | 30 |
| <b>Figura 09</b> - Gráfico que Exibe os valores do IFDM Geral.....                                          | 32 |
| <b>Figura 10</b> - Gráfico Apresenta os valores do IFDM Educação.....                                       | 33 |
| <b>Figura 11</b> Gráfico Apresenta os valores do IFDM Saúde.....                                            | 34 |
| <b>Figura 12</b> - Gráfico da Mostra os valores do IFDM Emprego e Renda.....                                | 35 |
| <b>Figura 13</b> Gráfico do PIB do município de Luís Eduardo Magalhães por Setores (2005- 2015).....        | 37 |
| <b>Figura 14</b> - Gráfico do PIB do município de Luís Eduardo Magalhães por Setores (2005- 2015).....      | 37 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                             |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Tabela 1-</b> Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Geral (IFGF- Geral) 2006 – 2016.....       | 22 |
| <b>Tabela 2-</b> Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: (IFGF) Receita Própria 2006 – 2016.....    | 24 |
| <b>Tabela 3-</b> Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Liquidez 2006 – 2016.....                  | 25 |
| <b>Tabela 4-</b> Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Gastos com pessoal 2006 – 2016..... | 27 |
| <b>Tabela 5-</b> Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Investimento 2006 – 2016.....       | 28 |
| <b>Tabela 6-</b> Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Custo da Dívida 2006 - 2016.....    | 30 |
| <b>Tabela 7 -</b> Índice FIRJAN de D. Municipal (IFDM):Consolidado 2006 - 2016.....         | 31 |
| <b>Tabela 8-</b> PIB do Município de Luís Eduardo Magalhães 2005 - 2015.....                | 36 |

## SUMÁRIO

|                                                                          |           |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                 | <b>10</b> |
| <b>1.1-OBJETIVOS.....</b>                                                | <b>11</b> |
| 1.1.1- Objetivo Geral.....                                               | 11        |
| 1.1.2- Objetivos Específicos.....                                        | 11        |
| <b>2 – METODOLOGIA.....</b>                                              | <b>12</b> |
| 2.1 - Conceitos da Gestão Fiscal.....                                    | 13        |
| 2.2 - Conceitos do Índice Desenvolvimento Municipal.....                 | 14        |
| <b>3 – REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>                                      | <b>16</b> |
| 3.1- Contextualizando Território.....                                    | 16        |
| 3.2- Desenvolvimento Regional.....                                       | 19        |
| 3.3- Cadeias de Produções Agroindustriais.....                           | 20        |
| <b>4 – ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>                                   | <b>22</b> |
| 4.1- Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Geral.....                          | 22        |
| 4.2- Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Receita Própria.....                | 23        |
| 4.3- Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Liquidez.....                | 25        |
| 4.4- Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Gastos com Pessoal.....      | 26        |
| 4.5- Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Investimento.....            | 28        |
| 4.6- Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Custo da Dívida.....         | 29        |
| 4.7- Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM): Consolidado..... | 31        |
| 4.7.1- IFDM Geral.....                                                   | 32        |
| 4.7.2- IFDM Educação.....                                                | 32        |
| 4.7.3- IFDM Saúde.....                                                   | 33        |
| 4.7.4- IFDM Emprego e Renda.....                                         | 34        |
| 4.8 - Produto Interno Bruto (PIB) por setores.....                       | 36        |
| <b>5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                     | <b>38</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                  | <b>40</b> |

## 1-INTRODUÇÃO

O município de Luís Eduardo Magalhães era antes um pequeno povoado chamado Mimoso do Oeste, que passou a ser distrito, através da lei 395//1997, transformou-se em município em 30 de março de 2000, pela lei 7619/00, inconstitucionalmente em 2007 pelo congresso passou a ser município, sua população hoje é de 60 179 de habitantes segundo o IBGE, com uma população, com destaques baianos e os paranaenses vindos do sul do Brasil na década de 80 atraídos pela terra barata, com toda a tradição no plantio de grãos. O município fica situado na BR 242 com a BR 020 que faz divisa com o Estado do Tocantins (PORTAL LUIS EDUARDO MAGALHAES, 2016).

Segundo Facó (2014) Luís Eduardo Magalhães possui a décima maior economia do Estado da Bahia, sua região é responsável por sessenta por cento da produção de grãos do Estado, sua renda per capita é de R\$ 55.074,20, uma das maiores do Brasil. O município é composto por vinte multinacionais. As empresas que se instalaram no município, a cooperativa agrícola de Cotia, a Ceval, indústria de esmagamento de soja, mais tarde incorporada pela Bunge alimentos e também a cooperativa do Oeste de Minas Gerais.

O crescimento da cidade se deve ao bom desempenho do agronegócio na região Oeste, o município está entre os 20 municípios com maior polo agrícola da Bahia, como produção de soja, milho algodão, feijão e café. A região tem um solo de boa qualidade, solo arenoso de terras planas, boas para o plantio, anos atrás se pagava muito pouco por essas terras.

A soja tem sido o produto mais valorizado no momento com 58% da área plantada da região.

Este tema proposto se justifica por mostrar uma grande relevância quanto à importância da influência do agronegócio para o crescimento da região do Oeste Baiano no município de Luís Eduardo Magalhães no ano de 2005 a 2016. Buscando analisar os indicadores econômicos como produto interno bruto (PIB), desemprego e renda dentre outros.

A importância nacional e internacional da cultura da soja impulsiona a expansão da lavoura para novas fronteiras agrícolas, e desta forma estimula o desenvolvimento dos municípios na região do Oeste Baiano.

O trabalho busca analisar o impacto que o agronegócio contribuiu para desenvolvimento de Luís Eduardo Magalhães, antigo Mimoso do Oeste. Um município com alta potencialidade e com grandes perspectivas de crescimento econômico, em função das cadeias produtivas produzidas nas regiões, da cultura, da soja, algodão, café, que tem apontado como um grande propulsor de riquezas nos quatro Estados que compõem o Oeste Baiano que é conhecida como a nova fronteira agrícola brasileira.

Este trabalho busca compreender o processo recente de expansão da soja e de outros produtos agrícolas no município de Luís Eduardo Magalhães no oeste da Bahia, avaliar a sua contribuição para o desenvolvimento regional.

No entanto o desenvolvimento regional dessa região é impulsionado principalmente pelo setor agroindustrial, analisar o crescimento na região em virtude do potencial do agronegócio. Logo diante do exposto acima temos o seguinte questionamento: “Qual a influencia do agronegócio para desenvolvimento do município Luís Eduardo Magalhaes BA?”.

## **1.1-Objetivos**

### **1.1.1-Objetivo Geral**

Estudar a influencia que o agronegócio promoveu no desenvolvimento do município de Luís Eduardo Magalhaes no ano 2005 a 2016.

### **1.1.2-Objetivos Específicos**

- Descrever os principais indicadores, econômicos e de desenvolvimento do município de Luís Eduardo Magalhaes 2005 a 2016;
- Caracterizar o desenvolvimento regional de Luís Eduardo Magalhães de 2005 a 2016;
- Analisar os indicadores econômicos e de desenvolvimento do município de Luís Eduardo Magalhaes entre os anos de 2005 a 2016.

## 2 – METODOLOGIA

A metodologia é compreendida como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica. Em um nível aplicado, examina, descreve e avaliam métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e a resolução de problemas e/ou questões de investigação (METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO, 2013).

Na primeira parte do trabalho, foi realizado o uso da pesquisa bibliográfica, buscados em livros, monografias, periódicos, revistas sites universitários materiais disponíveis na internet, pesquisa exploratória, pesquisa descritiva e também com dados secundários, sendo estas retiradas principalmente em sites de pesquisas e por institutos oficiais.

Através dos dados secundários, como IBGE, FIRJAN e CAGED, foi feito uma análise da evolução do crescimento dessas informações, que também foi analisados em tabelas e gráficos, produzidos em software, como Excel, open office entre outros, para através dos mesmos chegar aos resultados.

Segundo Severino (2008), pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir de registro disponíveis, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores devidamente registrados.

Segundo Gil (1991), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Conforme Gil (1991), a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento.

Segundo Sanches (2008), os dados secundários são coletados, como também diversos indicadores socioeconômicos sobre a região, a fim de complementar a análise do trabalho, assim, neste estudo, a partir da abordagem

teórica, juntamente com dados secundários, busca-se responder às questões da pesquisa.

A primeira parte do trabalho faz uma abordagem sobre a história do município de Luís Eduardo Magalhaes, citando o crescimento e a economia do município, destacando a vinda dos baianos e paranaenses vindos do sul do Brasil na década de 80. A segunda parte justifica a importância da influência do agronegócio para o crescimento da região do Oeste Baiano no ano de 2005 a 2016 e analisa o impacto que o agronegócio contribuiu para desenvolvimento de Luís Eduardo Magalhães.

A terceira parte trata da metodologia onde foi realizado o uso da pesquisa bibliográfica, dados secundários, pesquisa exploratória, pesquisa descritiva, meios que auxiliam a análise de dados da pesquisa. A quarta parte do trabalho trata do referencial teórico, onde os autores fazem uma contribuição do tema abordado, fazendo a contextualização do território, desenvolvimento regional e as cadeias de produção agroindustrial.

Também faz uma análise por meio dos indicadores do sistema FIRJAN, os Índice de Gestão Fiscal (IFGF) e o Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

## **2.1 Conceitos da Gestão Fiscal.**

O FIRJAN Índice de Gestão Fiscal (IFGF) é uma ferramenta de controle social que tem como objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, possibilitando maior aprimoramento da gestão fiscal dos municípios, bem como o aperfeiçoamento das decisões dos gestores públicos quanto à alocação dos recursos. O IFGF tem uma leitura dos resultados bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município no ano em observação (SISTEMA FIRJAN, 2018). Como mostra a seguir Figura 01 com os conceitos de notas metodológicas.

|                                                                                                |                                                                                     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Conceito A (Gestão de Excelência):</b><br>resultados superiores a 0,8 pontos.               | <b>Conceito B (Boa Gestão):</b><br>resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos. |
| <b>Conceito C (Gestão em Dificuldade):</b><br>resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos. | <b>Conceito D (Gestão Crítica):</b><br>resultados inferiores a 0,4 pontos.          |

Figura 01 – Quadro conceitos de análise metodológica da FIRJAN Gestão Fiscal.

Fonte: Retirado do site da FIRJAN 2018

A cada nova edição do IFGF, os dados referentes aos anos anteriores são recalculados a partir das versões mais recentes dos arquivos "Finanças do Brasil" (FINBRA). Essas atualizações podem ocasionar a entrada de novos municípios na base de dados do IFGF e/ou alterações de valores corrigidos pelas prefeituras, após o fechamento de cada edição do índice (SISTEMA FIRJAN, 2018).

Conforme estabelecido pelo Artigo 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), os municípios devem encaminhar suas contas para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) até o dia 30 de Abril do ano seguinte ao exercício de referência, a partir de quando o órgão dispõe de 60 dias para disponibilizá-las ao público, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) (SISTEMA FIRJAN, 2018).

Esta ferramenta consolida informações contábeis, financeiras e estatísticas fiscais oriundas de um universo que compreende 5.568 Municípios, 26 Estados, o Distrito Federal e a União. O Siconfi é a principal fonte de dados sobre as administrações públicas municipais e estaduais. Por isso, foi utilizado como referência para o cálculo do IFGF1 (SISTEMA FIRJAN, 2018).

## 2.2 - Conceitos do Índice Desenvolvimento Municipal.

O Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM), sua metodologia possibilita determinar, com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. De leitura simples, o índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias:

baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade (SISTEMA FIRJAN, 2018). Como mostra a seguir figura 02.

|                                                                                     |                                                                                      |
|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Alto desenvolvimento:</b><br>resultados superiores a 0,8 pontos.                 | <b>Desenvolvimento moderado:</b><br>resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos. |
| <b>Desenvolvimento regular:</b><br>resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos. | <b>Baixo desenvolvimento:</b><br>resultados inferiores a 0,4 pontos.                 |

Figura 02 – Quadro conceitos de análise do desenvolvimento municipal da FIRJAN.

Fonte: Retirado do site da FIRJAN 2018

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes (SISTEMA FIRJAN, 2018).

O IFDM foi criado em 2008 e acompanhou o desenvolvimento de cada um dos 5.565 municípios brasileiros na primeira década deste século. No entanto, medir o desenvolvimento implica, necessariamente, na reavaliação periódica das escolhas possíveis e dos níveis de acesso alcançados. Por isso, após uma década de acompanhamento dos municípios, o IFDM foi aprimorado para captar os novos desafios do desenvolvimento brasileiro (SISTEMA FIRJAN, 2018).

### 3 – REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 – Contextualizando Território

Um período histórico pode ser reconhecido por uma dada feição do território ou, em outras palavras, pela existência de uma base técnica e de uma organização da vida política, econômica e social.

Considerado como sinônimo de território usado, o espaço geográfico pode ser entendido como espaço concreto dos homens, como espaço de todos e como todo o espaço, as localizações deixam de ser uma mera topologia para ganhar a espessura de um contexto histórico (SANTOS, 1994; E SILVEIRA, 2001).

Santos, (1996) comenta que o território de um país pode ser visto como um campo de forças que operam sobre formas “naturais” e artificiais. Mas estas formas têm um papel dinâmico, participando na produção de maiores densidades técnicas, informacionais e normativas.

Em outras palavras, um território é um conjunto sincrônico de divisões do trabalho, não sem a hegemonia daquela fundada na técnica e na organização de mais alto desempenho. Como escreve Milton Santos (1996, p. 106):

a divisão do trabalho pode, também, ser vista como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente”, entendendo por recurso toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos indivíduos, empresas, instituições. Tratar-se-ia de “coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores”, que vão renovando-se constantemente e cuja concretude e valor real são dados pelo entorno no qual se instalam. É um permanente desmanchar dos limites anteriores, criando novas localizações, novas divisões do trabalho, novas formas de cooperação. (MILTON SANTOS 1996, p. 106)

A identificação de comunidades políticas em territórios determinados foi um importante avanço analítico proporcionado por Rhodes e Marsh (1992, p. 8-25), comenta que, esse modelo coloca o território como um elemento estrutural relevante das redes políticas. Mas a questão do território ganha nova relevância com a intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas.

A identificação do espaço uno e global, e das localidades, cada vez mais singulares e específicas, possibilita avançar na compreensão da dinâmica particular de um complexo agroindustrial enquanto comunidade territorial. Porque o território é

o resultado de uma construção social e política, no qual os agentes individuais e coletivos trocam recursos de poder e articulam interesses (Paulillo, 2000).

Haesbaert (2006) afirma que o território é primeiramente uma fonte de recursos naturais onde o ser humano se instala e utiliza fazendo então uma apropriação da natureza. Essa “natureza” não é um espaço estático de apropriação, há uma complexa dinâmica atuando e influenciando até a desterritorialização provocada por essas dinâmicas naturais.

Raffestin (1993) aborda a questão da territorialização como uma característica individualista do território, afirmando que cada sistema possui sua própria territorialidade onde os indivíduos e as sociedades vivem. Ela se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, e tem a mesma natureza de todas as relações, sendo considerada a “face vivida” da “face agida” do poder.

Souza (1995) comenta que o território dentro da Geografia Política tradicional, considerando o espaço concreto em si, um território ocupado por um determinado grupo social que gera raízes e uma identidade sociocultural formando e caracterizando uma paisagem, criando um campo de forças juntamente com as relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial.

O território é uma categoria de análise, bastante usada pela geografia, e, especialmente útil para entender nosso objeto e que segundo Raffestin (1980) o território se forma do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (aquele que realiza um programa) em qualquer nível e ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço.

Raffestin (1983) também faz menção ao que Lucien Lefebvre define sobre os conceitos de espaço e território, ao mostrar que o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Para ele (Lefebvre) produção, transforma-se em território nacional, espaço físico, balizado, modificado, um território por meio de rodovias, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, rodovias, entre outras.

Para Haesbaert o território é compreendido como resultado das relações humanas de poder sobre o Espaço Geográfico, podendo ser:

“[...] concebido a partir das múltiplas relações de poder, do poder mais estritamente material das relações econômicas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”. (HAESBAERT, 2006, p. 74).

O espaço e as relações sociais se materializam e se reproduzem gerando territórios a partir das relações de poder. Como afirma Raffestin (1993) sobre o espaço e o território:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstramente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...]. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144)

A “territorialização” do espaço, ou seja, “apropriação”, desencadeia uma (re) ordenação dos territórios. Por consequência, “cria novas formas de territorialidades que dialeticamente, provocam novas formas de desterritorialidades e dão origem a novas territorialidades” (ANDRADE, 1994, p 220).

O conceito de territorialidade refere-se ao que se encontra no território, ou ao processo substantivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de entregar se em um estado enquanto o território é revestido da dimensão política, a territorialidade “refere-se ao conjunto de praticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o estado os diferentes grupos sociais e as empresas” (CORRÊA, 1994, P 251).

Os territorialismos entendem o espaço como espaço social e os recursos como recursos mobilizáveis pelos actores, que se transformam em factores de desenvolvimento apenas e quando há capacidade de emergência de protagonismos que permitam operacionalizá-los. Como afirma Martins (2000):

O ponto de partida dos territorialistas é a crítica de uma perspectiva do desenvolvimento que assenta na maximização das oportunidades económicas, entendidas como sendo exteriores às estratégias dos actores e os factores culturais associados dos diferentes meios. Para os territorialistas a região não é apenas uma partição tecnicamente justificada de um território nacional, mas uma unidade de sentido definido pela existência de laços de pertença.

### 3.2 - Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento regional tem despertado interesse de vários autores, sobre o rápido processo de urbanização das cidades brasileiras, aquelas de porte grande e médio, visando o crescimento populacional, cultural e econômico e a transformação da sociedade para o aumento da qualidade de vida das pessoas.

O desenvolvimento regional inclui estratégias baseadas nas condições históricas, culturais, naturais e institucionais das regiões e visando a satisfação das necessidades básicas da população local, bem como a produção de complementos sociais aos mecanismos de mercado, nomeadamente pela produção de bens que se dirijam a grupos sociais específicos e que tenham valor social na região.” (CABUGUEIRA, 2000. P, 121).

A dinâmica do desenvolvimento contemporâneo está configurada pela globalização econômica, pela valorização do capital financeiro e pelas relações dominantes que se realizam através de redes de controle das informações, da apropriação do conhecimento e da capacidade de coordenação financeira global (BECKER, 2000).

O mundo é formado por economia de todas as formas e tamanhos. Há regiões muito ricas e também muito pobres. Algumas economias desenvolvem-se rapidamente, e outras simplesmente não se desenvolvem. A maioria situa-se entre os dois extremos os processos regionais de desenvolvimento são desiguais dinâmica econômica e socialmente entre si. (JOANES 2000).

Souza (2009) afirma que a ideia de região leva implicitamente a questão de conteúdo econômico de seus elementos construtivos: nível de renda (pobreza versus riqueza), estrutura produtivas (base agrícola versus base industrial), estrutura urbana (meio urbano versus rural), modos conceitos de acessibilidade, economias e deseconomias de aglomeração.

Aydalot (1985) cometa que a região não passa de um conceito abstrato, pois a subdivisão de um país em unidades menores é muitas vezes arbitrária e suas fronteiras nem sempre têm conteúdo econômico, mas obedecem seguidamente a critério político- administrativos culturais, naturais e geográficos.

Hirschman em 1958 desenvolveu análise do processo de paralização, através do qual as regiões mais desenvolvidas atraem capital e trabalho das regiões atrasadas, realimentando as desigualdades, apesar de também reconhecer a

existência dos efeitos de “gotejamento” das regiões desenvolvidas das regiões sobre as regiões atrasadas, com efeitos de frente para trás argumentava que o desenvolvimento é por natureza desequilibrado (DINIZ 2001).

### 3.3- Cadeias De Produções Agroindustriais

Durante a década de 60 desenvolve-se no âmbito da escola indústria francesa a noção de análise de filière. Embora o conceito de filière não tenha sido desenvolvido especificamente para estudar a problemática agroindustrial, foi entre os economistas agrícolas e pesquisadores ligados aos setores rurais e agroindustriais. (BATALHA, 1995)

A análise de cadeias de produção é uma das ferramentas privilegiadas da escola francesa de economia industrial. Uma rápida passagem pela bibliografia sobre o assunto permite encontrar grande variedade de definições, enumerou três series de elementos que estariam implicitamente ligados a uma visão em termos de cadeia de produção:

1- A cadeia de produção é uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico; 2- a cadeia de produção é também um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelece, entre todos os estados de transformação, um fluxo de troca, situado de montante a jusante, entre fornecedores e clientes; 3- cadeia de produção é um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram uma articulação das operações. (BATALHA, 1995 P, 26)

Segundo Batalha (1995) uma cadeia de produção agroindustrial pode ser segmentada, de jusante a montante, em três macrossegmentos. Em muitos casos práticos, os limites desta divisões não são facilmente identificáveis. Além disso, esta divisão pode variar muito segundo o tipo de produto e segundo o objetivo da análise. Os três macrossegmentos propostos são:

a- Comercialização. Representa as empresas que estão em contato com o cliente final da cadeia de produção e que viabilizam o consumo e o comércio dos produtos finais (supermercados, mercearias, restaurantes, cantinas, etc.). Podem ser incluídas neste macrossegmento as empresas responsáveis somente pela logística de distribuição. b- Industrialização. Representa as firmas responsáveis pela transformação das matérias-primas em produtos finais destinados ao consumidor. O consumidor pode ser uma unidade familiar ou outra agroindústria. c- Produção de matérias-primas. Reúne as firmas que fornecem as matérias-primas iniciais para que outras empresas avancem no processo de produção de produto final (agricultura, pecuária, pesca piscicultura etc.). (BATALHA, 1995 P, 25)

Batalha, 1995 comenta que, dentro de uma cadeia de produção agroindustrial típica podem ser visualizados no mínimo quatro mercados com diferentes características: mercado entre os produtores de insumos e os produtores rurais, mercado de produtores rurais e agroindústrias, mercado entre agroindustriais e distribuidores e, finalmente, mercado entre distribuidores e consumidores finais.

Batalha, 1995 firma que uma cadeia de produção é definida a partir da identificação de determinado produto final. Após esta identificação, cabe ir encadeando de jusante a montante, as várias operações técnicas, comerciais e logísticas, necessárias de produção.

## 4-ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1- Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Geral

A Tabela 1 e a Figura 3 a seguir mostra o Índice FIRJAN Geral de Gestão Fiscal total dos anos de 2006 a 2016.

**TABELA 1- Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Geral (IFGF- Geral) 2006-2016**

| Ano  | IFGF Geral |
|------|------------|
| 2006 | 0,5699     |
| 2007 | 0,5418     |
| 2008 | 0,5563     |
| 2009 | 0,5099     |
| 2010 | 0,6283     |
| 2011 | 0,6287     |
| 2012 | 0,6870     |
| 2013 | 0,5406     |
| 2014 | 0,5506     |
| 2015 | 0,4980     |
| 2016 | 0,4557     |

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2018.

Para o TCU (2018), na Gestão Fiscal:

“A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com propósito de assegurar a consecução das metas fiscais e a transparência dos gastos públicos, pressuposto da gestão fiscal responsável”.

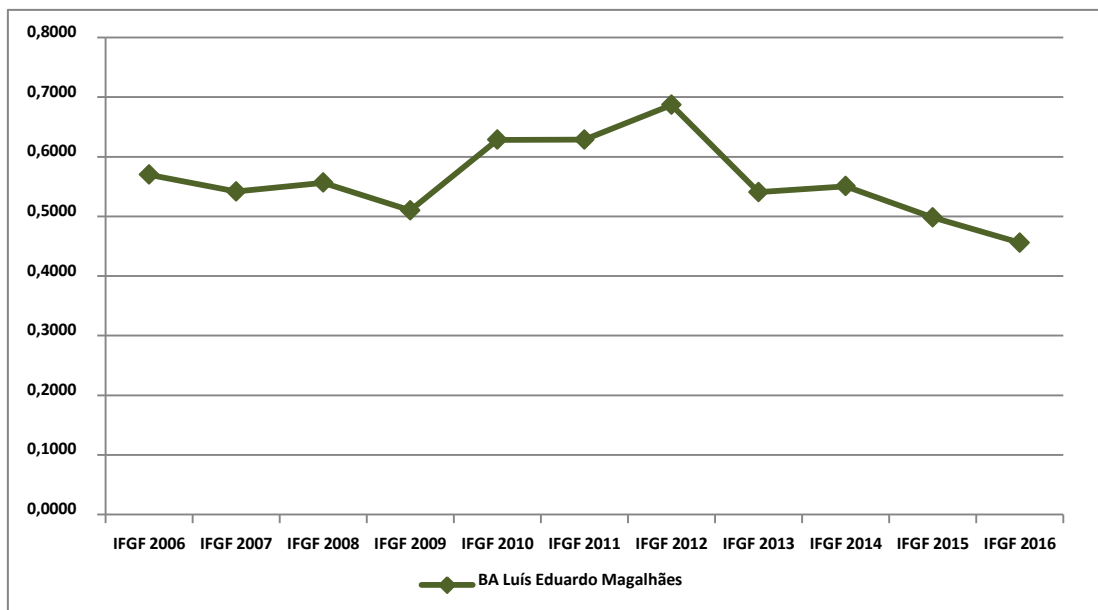


FIGURA 3: Gráfico da Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal Geral 2006-2016.

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2018.

Portanto, ao analisar o Gráfico da Figura 3, percebemos que, nos anos de 2016 com 0,4557 pontos, que foi o menor índice e no ano de 2012 com 0,6870 pontos, que foi o maior índice entre todos. Os demais anos se enquadram no índice regular entre 0,4 e 0,6 pontos, que está no conceito de dificuldade.

#### 4.2- Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Receita Própria

Mendes (1998) elenca quatro principais problemas para o baixo volume de receitas próprias dentro do orçamento do município são:

As diferenças entre o tamanho da economia local e o volume de recursos recebidos desestimulam o uso eficiente da capacidade tributária dos municípios; Incentivos à despreocupação minimização de custos operacionais; Eleva a receita governamental sem com a retirar da renda do contribuinte local, o que faz crescer o poder de barganha do governante; As oscilações do total repassado pelas demais esferas de governo dificultam a programação das políticas públicas.

Nesse contexto, o indicador de Receita Própria tem o objetivo de verificar o grau de autonomia das receitas dos municípios. Dessa forma, quanto mais próximo de 1,00 for o IFGF Receita Própria do município, menor a dependência de transferências constitucionais e voluntárias de outros entes. (A METODOLOGIA IFGF 2016).

Na Tabela 2 e a Figura 4 tem o objetivo de verificar o grau de autonomia das receitas do município de Luiz Eduardo Magalhães do ano de 2006 até o ano de 2016:

**TABELA 2 – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) Receita Própria 2006-2016**

| Ano  | IFGF Receita própria |
|------|----------------------|
| 2006 | 0,2850               |
| 2007 | 0,3502               |
| 2008 | 0,4044               |
| 2009 | 0,4171               |
| 2010 | 0,4134               |
| 2011 | 0,4341               |
| 2012 | 0,4497               |
| 2013 | 0,4198               |
| 2014 | 0,4421               |
| 2015 | 0,4353               |
| 2016 | 0,4937               |

Fonte: Elaboração própria com dados a FIRJAN, 2018.

Os municípios que não geram receita própria recebem 0,00 e os municípios que geram 50% da RCL ou mais recebem 1,00 no IFGF Receita Própria; na leitura dos resultados, quanto mais próximo de 1,00, menos a prefeitura é dependente das transferências intergovernamentais. (METODOLOGIA IFGF, 2016).

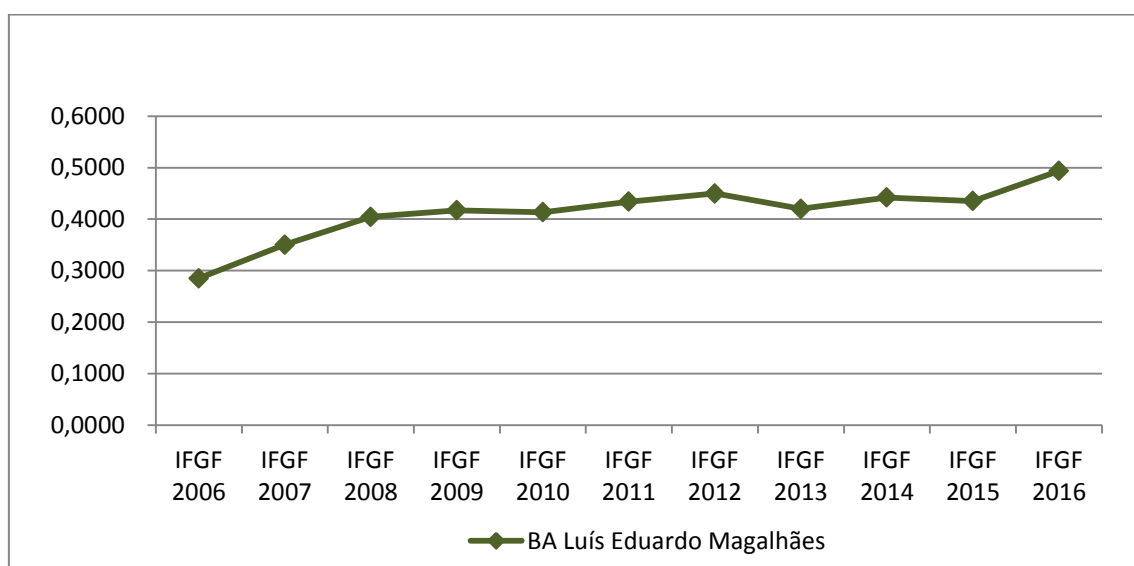


FIGURA 4: Gráfico do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) Receita Própria 2006-2016

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2018.

Em 2006 a Receita Própria marcou 0,2850. Nos anos seguintes apresentou um crescimento ano após anos, com uma queda em 2010 com 0,4134 pontos e 2013 com 0,4198 pontos. E obteve o seu maior índice em 2016 com 0,4937 pontos.

#### 4.3- Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Liquidez

Nascimento e Debus (2009) ressaltam, no entanto, que, com o passar do tempo, os restos a pagar passaram a ser utilizados pelos municípios como uma forma de financiamento, através da simples postergação de despesas já contratadas para outros anos, gerando assim um problema de liquidez para as prefeituras.

Visando estancar essa prática, a LRF estabeleceu que, em último ano de mandato, a gestão municipal possua recursos financeiros suficientes para fazer frente às despesas que foram postergadas para o ano seguinte.

A Tabela 3 e a Figura 5 tem o objetivo de mostrar “quanto mais próximo de 1,00, menos o município está postergando pagamento para o exercício seguinte sem a devida cobertura”, Metodologia IFGF (2016).

**TABELA 3 – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Liquidez 2006-2016**

| Ano  | IFGF Liquidez |
|------|---------------|
| 2006 | 0,5572        |
| 2007 | 0,4924        |
| 2008 | 0,4560        |
| 2009 | 0,5812        |
| 2010 | 0,5499        |
| 2011 | 0,6012        |
| 2012 | 0,4975        |
| 2013 | 0,4592        |
| 2014 | 0,5051        |
| 2015 | 0,4634        |
| 2016 | 0,4613        |

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2018.

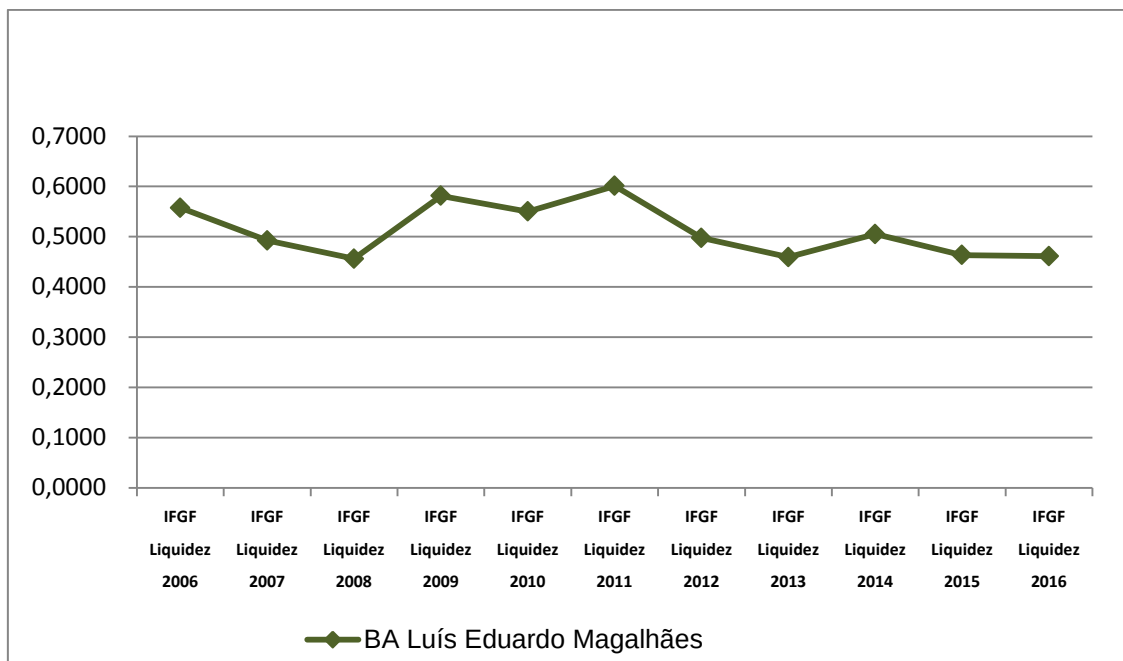


FIGURA 5: Gráfico da Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Liquidez 2006 - 2016

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2018.

Em 2011 a Liquidez marcou 0,6012 pontos. Nos anos seguintes apresentou uma queda ano após anos, com 0,4975 pontos em 2012, com 0,4592 em 2013 um leve crescimento em 2014 com 0,5051 e queda novamente em 2015 e 2016. E obteve o seu menor índice em 2008 com 0,4560 pontos.

#### 4.4- Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Gastos com Pessoal

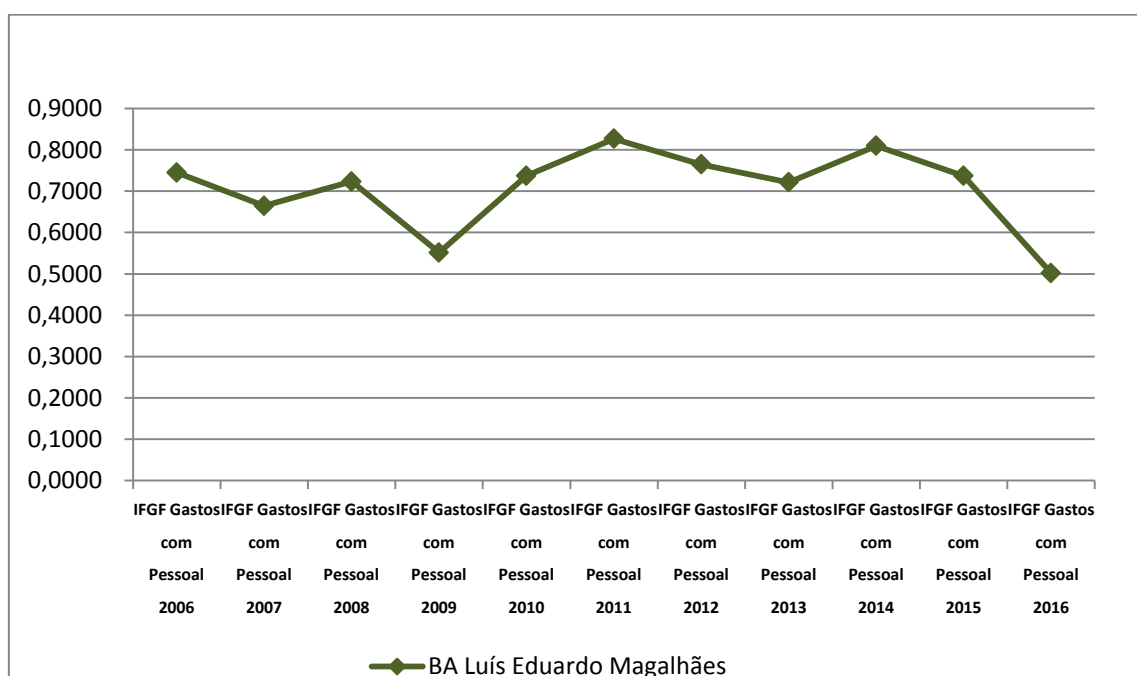
O IFGF Gastos com Pessoal busca avaliar o comprometimento das receitas com as despesas de pessoal.

Velloso (2006) lembra ainda que o gasto com pessoal é uma despesa rígida, uma vez que não se pode reduzir ou recursar o pagamento de salários e aposentadorias de servidores, que têm seus valores fixados em lei. Por isso, o comprometimento excessivo das receitas com essa despesa implica na redução dos recursos destinados para outros fins, afetando as políticas públicas. Na Tabela 4 e na Figura 6 o IFGF Gastos com Pessoal busca avaliar o comprometimento das receitas com as despesas de pessoal, do ao de 2006 – 2016:

**TABELA 4 – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Gastos com pessoal 2006-2016**

| Ano  | IFGF Gastos com pessoal |
|------|-------------------------|
| 2006 | 0,7449                  |
| 2007 | 0,6643                  |
| 2008 | 0,7234                  |
| 2009 | 0,5514                  |
| 2010 | 0,7372                  |
| 2011 | 0,8268                  |
| 2012 | 0,7649                  |
| 2013 | 0,7213                  |
| 2014 | 0,8096                  |
| 2015 | 0,7369                  |
| 2016 | 0,5018                  |

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2018.



**FIGURA 6: Gráfico da Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Gastos com Pessoal 2006 – 2016.**

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2018.

Em 2016 os gastos com pessoal marcou 0,5018 pontos, juntamente com 0,5514 em 2009, onde obteve os menores índices. Em 2011 com 0,8268 e 2014 com 0,8096 pontos apresentou seus maiores índices de crescimento.

#### 4.5- Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Investimento

O objetivo do IFGF Investimentos é medir a parcela dos investimentos nos orçamentos municipais.

Por mais que haja consenso sobre a importância do investimento público municipal, o processo orçamentário é “miope” e atribui excessivo peso ao custo corrente de um projeto, independentemente de seus benefícios futuros, então os investimentos de longo prazo podem enfrentar mais dificuldades políticas para serem aprovados do que projetos de curto prazo (Gobetti 2007).

A Tabela 5 e a Figura 7 mostram as parcelas dos investimentos nos orçamentos municipais.

**TABELA 5 – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Investimento 2006-2016**

| Ano  | IFGF Investimento |
|------|-------------------|
| 2006 | 0,5200            |
| 2007 | 0,5311            |
| 2008 | 0,5518            |
| 2009 | 0,3811            |
| 2010 | 0,7207            |
| 2011 | 0,5667            |
| 2012 | 1,0000            |
| 2013 | 0,4632            |
| 2014 | 0,3362            |
| 2015 | 0,2147            |
| 2016 | 0,2128            |

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2018.

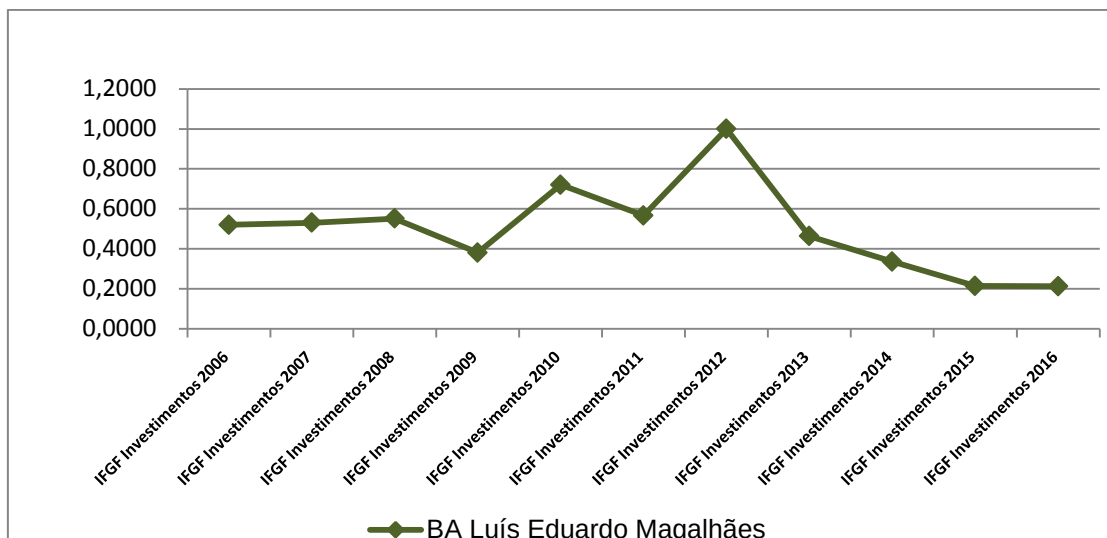


FIGURA 7: Gráfico da Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Investimento 2006 – 2016.

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2018.

Em 2012 o investimento teve um crescimento de 1,0000 pontos e em seguida apresentou queda, em 2013 com 0,4632 em 2014 com 0,3362 em 2015 com 0,2147 pontos e em 2016 teve o menor índice com 0,2128.

#### 4.6- Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Custo da Dívida

Após a renegociação das dívidas de estados e municípios com o Governo Federal, em 1997 e 2001, os governos locais ficaram sujeitos a diversas vedações no que concerne à emissão de títulos domésticos ou externos. São elas:

Proibidas ofertas de títulos locais ou externos enquanto houver dívida com a União; Vedados novos títulos públicos no mercado interno enquanto a dívida financeira bruta superar a Receita Líquida Real anual; Vedadas ofertas de títulos de dívida pública estadual e municipal até 2020; Restrita a captação de recursos em mercados externos por parte de Estados e Municípios, somente permitida para quitar saldos de outras dívidas em aberto. (Metodologia IFGF, 2016).

O Custo da Dívida avalia o “comprometimento do orçamento com o pagamento de juros e amortizações (extinção de uma dívida) de empréstimos contraídos em exercícios anteriores”. A Tabela 6 e a Figura 8 nos mostra os resultados do Custo da Dívida.

**TABELA 6 – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Custo da Dívida 2006-2016**

| Ano  | IFGF Custo da Dívida |
|------|----------------------|
| 2006 | 0,9577               |
| 2007 | 0,8323               |
| 2008 | 0,7580               |
| 2009 | 0,7548               |
| 2010 | 0,8351               |
| 2011 | 0,8219               |
| 2012 | 0,7675               |
| 2013 | 0,7636               |
| 2014 | 0,7965               |
| 2015 | 0,8173               |
| 2016 | 0,8006               |

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2018.

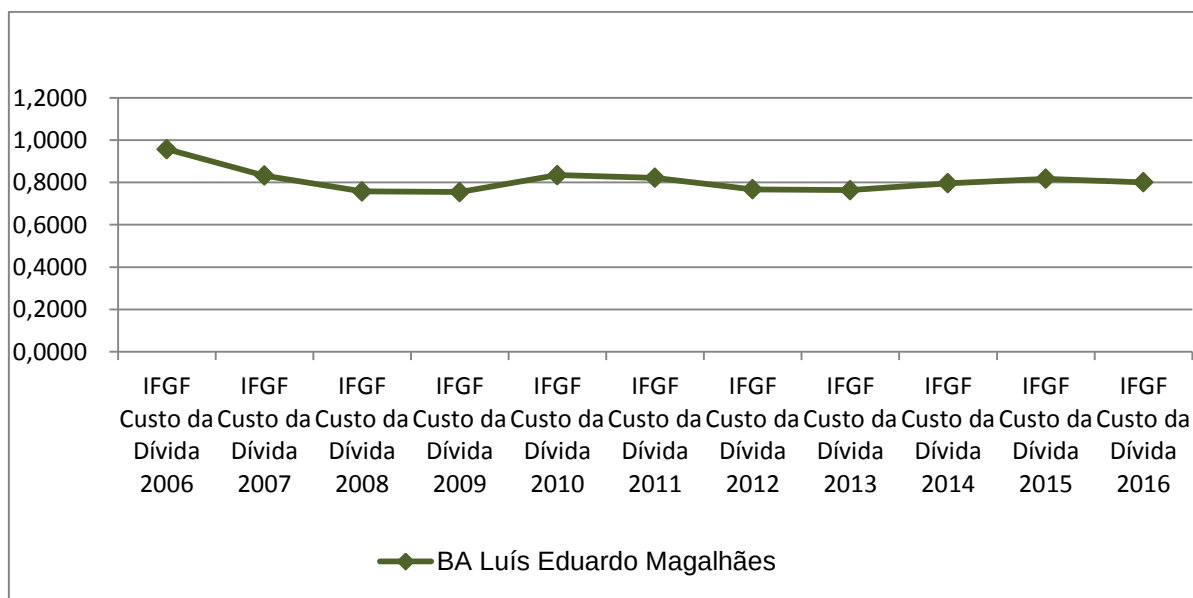


FIGURA 8: Gráfico da Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Custo da Dívida 2006 – 2016.

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2018.

Em 2006 o custo da dívida teve o maior índice com 0,9577 pontos e em seguida apresentou queda, em 2007 com 0,8323 em 2008 com 0,7580 em 2009 com 0,7548 pontos e em 2010 com leve crescimento 0,8351 pontos e nos anos seguintes apresentou queda novamente.

#### 4.7- Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM): Consolidado

A Tabela 7 e as Figuras 9; 10; 11 e 12 a seguir mostra o IFDM Consolidado do município de Luís Eduardo Magalhães de 2006 a 2016, que mostra o IFDM Geral, Educação, Saúde, Emprego e Renda.

**TABELA 7 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM): Consolidado 2006 – 2016**

| Ano  | IFDM Geral | Educação | Saúde  | Emprego e Renda |
|------|------------|----------|--------|-----------------|
| 2005 | 0,6342     | 0,4383   | 0,6597 | 0,8047          |
| 2006 | 0,6528     | 0,4931   | 0,6688 | 0,7965          |
| 2007 | 0,6891     | 0,5401   | 0,6744 | 0,8528          |
| 2008 | 0,6946     | 0,5309   | 0,6859 | 0,8669          |
| 2009 | 0,7169     | 0,5657   | 0,6905 | 0,8944          |
| 2010 | 0,6833     | 0,5833   | 0,7062 | 0,7605          |
| 2011 | 0,7522     | 0,6275   | 0,7262 | 0,9030          |
| 2012 | 0,7576     | 0,6731   | 0,7317 | 0,8679          |
| 2013 | 0,7514     | 0,6996   | 0,7326 | 0,8220          |
| 2014 | 0,7495     | 0,7005   | 0,7680 | 0,7802          |
| 2015 | 0,7190     | 0,7366   | 0,7999 | 0,6205          |
| 2016 | 0,7783     | 0,7620   | 0,8378 | 0,7350          |

Fonte: Elaboração própria com dados do IFDM, 2018.

O resumo feito pela Metodologia IFDM (2015), promove o entendimento a cerca das variáveis que fazem parte do IFDM, por área de desenvolvimento.

#### 4.7.1 - IFDM – Geral.

O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes. A Figura 9 exibe os valores do IFDM Geral do município de Luís Eduardo Magalhães.

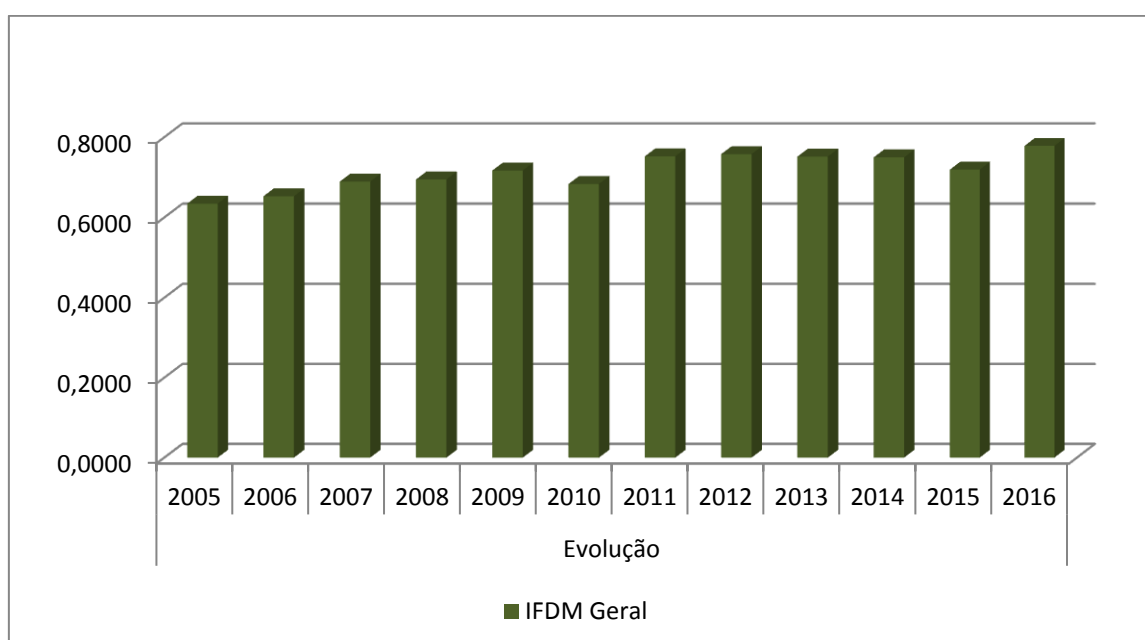


FIGURA 9: Gráfico IFDM – Geral.

Fonte: Elaboração própria com dados no IFDM, 2018.

#### 4.7.2- IFDM – Educação.

Idealizado para promover a oferta de educação infantil e especialmente a qualidade da educação no ensino fundamental, em escolas públicas e privadas. A vertente é composta por seis indicadores: atendimento à educação infantil, abandono no ensino fundamental, distorção idade série do ensino fundamental, docentes com ensino superior no ensino fundamental, média de horas-aula diária no ensino fundamental e nota do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) do ensino fundamental. A Figura 10 apresenta os valores do IFDM Educação.

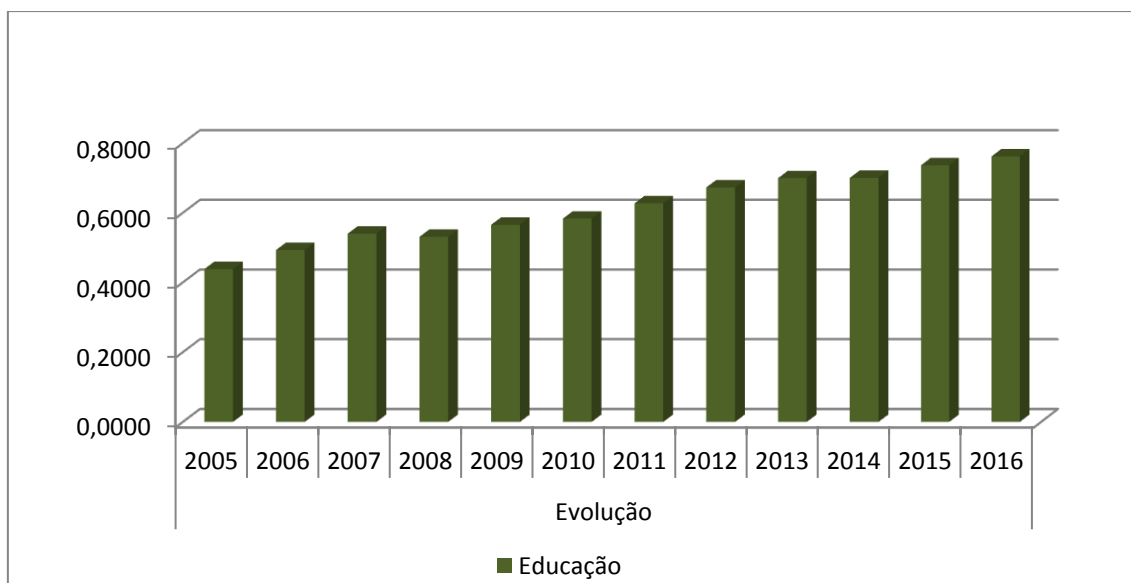


FIGURA 10: Gráfico IFDM – Educação.

Fonte: Elaboração própria com dados no IFDM, 2018.

O IFDM Educação do município de Luís Eduardo Magalhães teve seu maior índice no ano de 2016 com 0,7620 pontos e seu menor índice em 2005 com 0,4383. Desde 2005 teve um crescimento significativo no IFDM Educação. Portanto a pontuação desse indicador varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município no ano em observação.

#### 4.7.3- IFDM – Saúde:

O IFDM Saúde tem foco na saúde básica e contempla indicadores cujo controle é de competência municipal: proporção de atendimento adequado de pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e internações sensíveis à atenção básica. A Figura 11 apresenta os valores do IFDM Saúde.

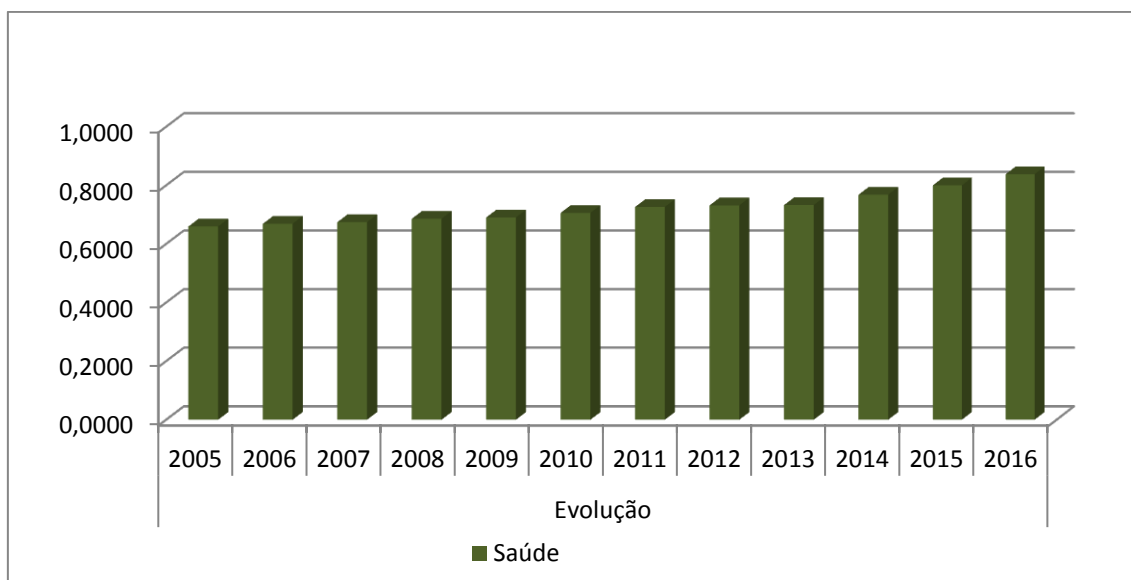


FIGURA 11: Gráfico IFDM – Saúde:

Fonte: Elaboração própria com dados no IFDM, 2018.

O IFDM Saúde do município de Luís Eduardo Magalhães teve seu maior índice no ano de 2016 com 0,8378 pontos e seu menor índice em 2005 com 0,6597. A Figura 8 apresenta o crescimento entre os anos 2005 a 2016.

#### 4.7.4- IFDM – Emprego e Renda:

O IFDM Emprego e Renda são compostos por duas dimensões: Emprego que avalia a capacidade de geração de emprego formal e o nível de absorção da mão de obra local. Renda que acompanha a geração e sua distribuição no mercado de trabalho do município. Cada uma dessas dimensões representa 50% do IFDM Emprego e Renda. A Figura 12 mostra os valores do IFDM Emprego e Renda.

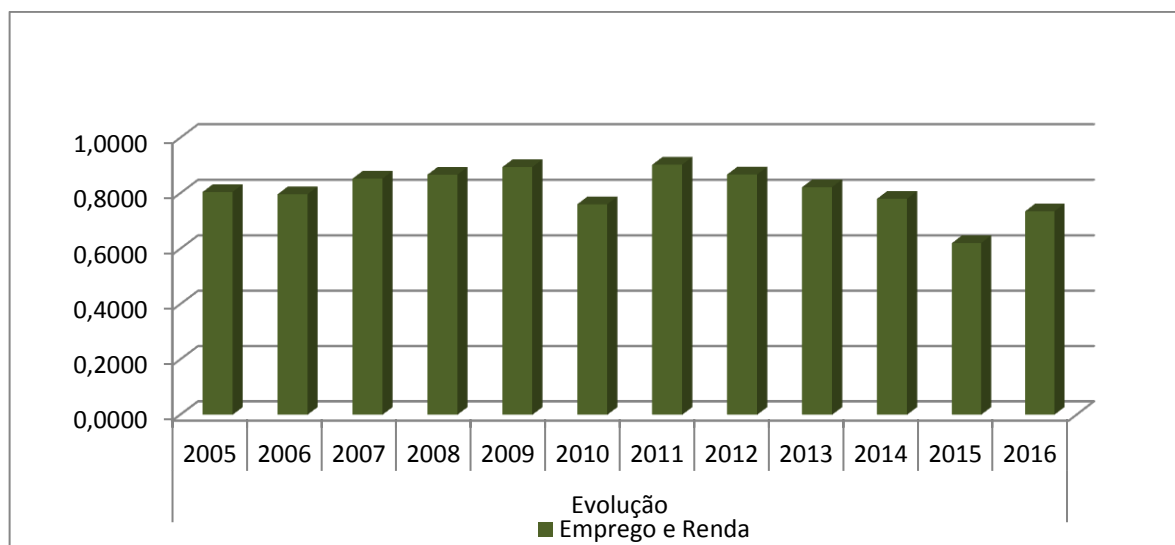


FIGURA 12: Gráfico IFDM – Emprego e Renda

Fonte: Elaboração própria com dados no IFDM, 2018.

O IFDM Emprego e Renda do município de Luís Eduardo Magalhães teve seu maior índice no ano de 2011 com 0,9030 pontos e seu menor índice em 2015 com 0,6205. A Figura 12 apresenta o crescimento entre os anos 2005 a 2016.

As políticas de trabalho, emprego e renda fazem parte do processo de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável, que oportunize as pessoas e suas famílias vida digna pelo seu próprio trabalho (AFONSO, 2016).

#### 4.8 - Produto Interno Bruto (PIB) por setores

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região. Na contagem do PIB, consideram-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo intermediários (SIGNIFICADO PIB, 2015).

A Tabela 8 mostra a participação dos setores no PIB do município de Luís Eduardo Magalhães, dos anos de 2005 a 2015.

**TABELA 8 Produto Interno Bruto do Município de Luís Eduardo Magalhães 2005 – 2015**

| <b>Ano</b> | <b>Agronegócio</b> | <b>Indústria</b> | <b>Serviços</b> | <b>APU</b> | <b>Imposto</b> | <b>PIB-<br/>preços<br/>correntes</b> |
|------------|--------------------|------------------|-----------------|------------|----------------|--------------------------------------|
| 2005       | 228.783,90         | 233.608,10       | 413.455,17      | 29.624,62  | 123.625,73     | 999.472,90                           |
| 2006       | 168.202,40         | 186.831,60       | 385.172,97      | 42.145,04  | 109.304,12     | 849.511,20                           |
| 2007       | 214.982,70         | 261.273,70       | 551.344,39      | 54.956,06  | 136.168,01     | 1.163.769,00                         |
| 2008       | 287.800,00         | 340.717,60       | 774.741,49      | 66.442,35  | 204.603,53     | 1.607.863,00                         |
| 2009       | 261.775,90         | 419.870,00       | 989.132,88      | 89.038,02  | 217.449,43     | 1.888.228,00                         |
| 2010       | 267.742,00         | 443.479,00       | 813.438,00      | 118.074,00 | 257.012,00     | 1.899.745,00                         |
| 2011       | 383.689,00         | 526.362,00       | 1.074.931,00    | 135.736,00 | 313.085,00     | 2.433.802,00                         |
| 2012       | 564.469,00         | 635.704,00       | 1.442.163,00    | 161.747,00 | 457.727,00     | 3.261.809,00                         |
| 2013       | 367.814,00         | 695.762,00       | 1.630.768,00    | 191.337,00 | 499.524,00     | 3.385.205,00                         |
| 2014       | 539.318,00         | 721.931,00       | 1.807.764,00    | 217.498,00 | 537.977,00     | 3.824.488,00                         |
| 2015       | 613.075,00         | 817.396,00       | 2.048.721,00    | 256.419,00 | 624.172,00     | 4.359.783,00                         |

Fonte: Elaboração própria com dados do IFDM, 2018.

A apuração da Tabela 8 mostra que o setor que mais cresceu nos anos de 2005 a 2015 foi o de serviços, chegando em 2015 com R\$ 256.419,00. A Figura 13 e 14 apresenta o PIB dos anos analisados por setores.

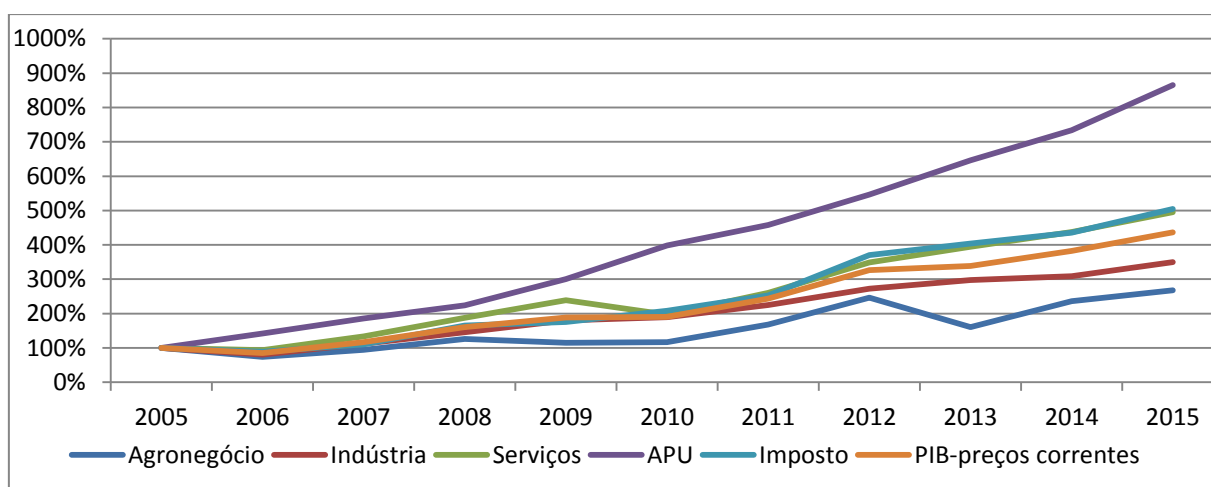


FIGURA 13: Gráfico do Produto Interno Bruto do município de Luís Eduardo Magalhães por Setores (2005- 2015).

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2018.

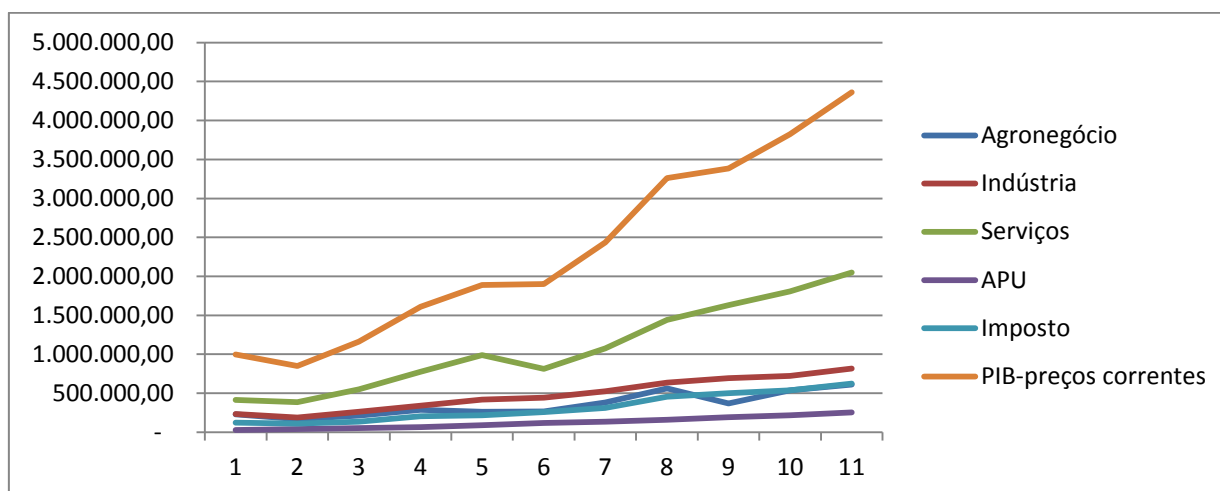


FIGURA 14: Gráfico do Produto Interno Bruto do município de Luís Eduardo Magalhães por Setores (2005- 2015).

Fonte: Elaboração própria com dados no IBGE, 2018.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Luís Eduardo Magalhães fica localizado na Bahia, sua população hoje é de 60 179 habitantes segundo o IBGE, com uma população, com destaques baianos e os paranaenses vindos do sul do Brasil na década de 80 com toda a tradição no plantio de grãos, fica situado na BR 242 com a BR 020 que faz divisa com o estado do Tocantins.

Ao discorrer sobre o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal IFGF dos anos de 2006 a 2016, conclui que o indicador da receita própria demonstrou que o município de Luís Eduardo Magalhães depende de transferências constitucionais e voluntárias de outros entes (METODOLOGIA IFGF). O IFGF- Liquidez evidenciou que o município postergou pagamentos para o exercício seguinte, gerando assim um problema de liquidez para as prefeituras. O IFGF Custo da Dívida do município constatou um excelente comprometimento com as dívidas. O município teve pouco investimento, apenas no ano de 2012 o investimento chegou ao grau de excelência.

O IFGF Gastos com Pessoal busca avaliar o comprometimento das receitas com as despesas de pessoal, onde teve um grau de bom para excelência, mas a partir de 2014 caiu para regular, mostrando que o município seguiu as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal no que refere aos limites máximos da despesa.

Para a conclusão do IFGF, temos o indicador geral, os resultados mostraram para esse indicador superior a 0,6, ou seja, o município ficou como bom, se ter um maior controle dos limites com os gastos de pessoal e transparência o mesmo pode ficar no grau de excelência.

A prefeitura teve uma boa evolução com a gestão fiscal, contribuindo também para o desenvolvimento do município, o indicador que confirma essa afirmação é o índice de desenvolvimento municipal IFDM consolidado que apontou um resultado de bom desenvolvimento.

O IFDM geral aponta um crescimento, sempre oscilando entre o moderado e alto, indicando que houve uma melhoria no desenvolvimento do município em relação a educação saúde emprego e renda.

O IFDM educação, mostra que o município teve uma boa evolução sempre dentro do regular, e também o IFDM saúde do município teve um crescimento significativo oscilando de desenvolvimento regular para o alto.

desenvolvimento, o município também gera emprego e renda no qual teve uma queda no ano de 2015, mas conseguiu se recuperar.

O crescimento da cidade deve se ao bom desempenho do agronegócio na região, como por exemplo, o aumento do comercio, indústrias e na construção civil, conforme o PIB, o setor que, mas cresceu foi o de serviços, isso mostra, diante das analises, o agronegócio teve sim uma grande influencia no município de Luís Eduardo Magalhaes.

## REFERÊNCIAS

**AFONSO**, Jacy Emprego e renda: acesso à cidadania pelo trabalho. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/colunistas/jacyafonso/250491/Emprego-e-renda-Acesso-%C3%A0-cidadania-pelo-trabalho.htm>> Acesso em 07/10/2018.

**BATISTA**, Valquiria Constancio; **SANTOS**, João Alberto Neves dos Avaliação dos resultados do índice firjan de desenvolvimento municipal – saúde, com base na aplicação dos royalties do petróleo nos municípios da bacia de campos. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/66216884.pdf>> Acesso em 11/09/2018.

**BARBARA**, Cecilia Machado Fontes Souza. Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/4519>> Acesso em: 11/08/2017

**Brasilagro** Informação para ter opinião. Disponível em: <[http://www.brasilagro.com.br/conteudo/ba-agronegocio-expande-economia-da-cidade-de-luis-eduardo-magalhaes.html#.WSnu2d\\_Gpcp](http://www.brasilagro.com.br/conteudo/ba-agronegocio-expande-economia-da-cidade-de-luis-eduardo-magalhaes.html#.WSnu2d_Gpcp)> Acesso em: 14/09/2017.

**BRANDAO**, Carlos Antônio Teorias, Estratégias E Políticas Regionais E Urbanas Recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado.

**CABUGUEIRA**, Artur Carlos Crespo Martins Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política económica regional. Disponível em: <[http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9090/1/gestaodesenvolvimento9\\_103.pdf](http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9090/1/gestaodesenvolvimento9_103.pdf)> . Acesso em: > 20/08/2017.

**COSTA**, M. J. P.; **LUSTOSA**, M. C. J. Mensuração Do Desenvolvimento Socioeconômico E Ambiental. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/246460301/RESENHA-Mensuracao-do-Desenvolvimento-Socioeconomico-e-Ambiental>> Acesso em: 23/08/2017.

**CROCCO**, Clélio Campolina Diniz Marco Economia Regional e Urbana Contribuições Teóricas Recentes 2006.

**CHELOTTI**, Marcelo Cervo A Dinâmica Territorialização Desterritorialização Reterritorialização Em Áreas De Reforma Agrária Na Campanha Gaúcha. Disponível em: <[www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/22080](http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/22080)> Acesso em: 25/11/2017

**CHELOTTI**, Marcelo Cervo. Questões Teórico-Metodológicas Da Geografia Agrária Brasileira: A Dinâmica Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização Nas Revistas Agrária (Usp), Campo-Território(Ufu) E Nera (Unesp) Disponível em:< <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Teoriaymetodo/Teoricos/12.pdf>> Acesso em: 25/10/2017.

**DINIZAR**, F. Becker; **WITTMANN**, Milton Luiz. Desenvolvimento Regional abordagens Interdisciplinares. Santa Cruz do Sul, 2008.

**FACÓ**, Luiz Carlos Lcfaco Blog Sport Luís Eduardo Magalhães. Disponível em:< <http://lcfaco.blogspot.com.br/2014/05/municipio-de-luis-eduardo-magalhaes.html/>> Acesso em 07/11/2018.

**FARIAS**, Maria Isabel Os processos de territorialização e desterritorialização da educação do campo no sudoeste do paraná. Disponível em:< <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/116051/000804678.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 20/10/2017.

**FONSECA**, Antonio  ngelo Martins da Gestão do território em municípios da Bahia: Um estudo comparativo1. Disponível em> <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/5269/3780>> Acesso em: 20/10/2017.

**GALVÃO**, Ant nio Carlos Figueira. Política de Desenvolvimento Regional e Inovação. Rio de Janeiro, 2004.

Luís Eduardo Magalhães “Capital do agronegócio”. Disponível em:< <https://luiseduardomagalhaes.ba.gov.br/a-cidade/>> Acesso em: 13/10/2017.

**NETO**, Aristides Monteiro; **CASTRO**, César Nunes de; **BRANDÃO**, Carlos Antonio Desenvolvimento Regional no Brasil - Políticas, estratégias e perspectivas. Disponível em:< [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/20170213\\_livro\\_desenvolvementoregional.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/20170213_livro_desenvolvementoregional.pdf)> Acesso em: 14/09/2017.

**Notícias Agrícolas**. Disponível em:< <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/202889-agricultura-eficiente-uma-realidade-no-oeste-baiano.html#.W-Y1V04rRXA>. ///> Acesso em 15/09/2018.

**PARR **, José Luiz; **GUILHOTO**, Joaquin José Martins A desconcentração regional do agronegócio brasileiro. Disponível em:< [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402001000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402001000200004)> Acesso em: 14/09/2017.

**Portal** Luís Eduardo Magalhães. Disponível em:< <https://luiseduardomagalhaes.ba.gov.br/a-cidade/>> Acesso em 10/11/2018.

**Portal** Cerrado Luís Eduardo Magalhães. Disponível em:<

<https://portaldocerrado.com/luis-eduardo-magalhaes-e-o-unico-municipio-baiano-com-crescimento-populacional-em-2018/>///> Acesso em 20/09/2018.

**Significado PIB.** Disponível em:< <https://www.significados.com.br/pib/> > Acesso em 20/11/2018.

**SISTEMA FIRJAN IFDM.** Disponível em:< <http://www.firjan.com.br/ifdm/>> Acesso em 07/08/2018.

**SISTEMA FIRJAN IFGF.** Disponível em:< <http://www.firjan.com.br/ifgf/>> Acesso em 02/08/2018.

**SILVEIRA, Maria Laura** Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. Disponível em:< [http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV\\_1/AGB\\_dez2011\\_artigos\\_ver\\_sao\\_internet/AGB\\_dez2011\\_01.pdf](http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_ver_sao_internet/AGB_dez2011_01.pdf).> Acesso em: 20/10/2017.

**Sousa, Nali de Jesus de.** Desenvolvimento Regional. São Paulo 2009.